

# Ingo Wolfgang Sarlet

Doutorado em Direito da PUC/RS. Juiz de Direito de Entrância Final (RS).

Doutor em Direito pela Universidade de Munique. Estudos em Nível de Pós-Doutorado nas Universidades de Munique (como bolsista do DAAD), Georgetown e como bolsista do Instituto Max-Planck de Direito Social Estrangeiro e Internacional (Munique), onde também atua como representante brasileiro e correspondente científico.

Professor Titular da PUC/RS e da Escola Superior da Magistratura do RS (AJURIS). Pesquisador visitante na Harvard Law School (2008). Professor visitante (como bolsista do Programa *Erasmus Mundus*, da União Europeia) da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2009). Pesquisador Visitante junto ao Stellenbosch Institute for Advanced Studies (STIAS), em 2011. Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012). Professor do Curso de Mestrado em Direito Constitucional Europeu na Universidade de Granada. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Fundamentais (CNPq). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da PUC/RS. Juiz de Direito de Entrância Final (RS).

# A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

## UMA TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL

**12ª EDIÇÃO**

**revista, atualizada e ampliada**



*livraria* //  
DO ADVOGADO  
*editora*

Porto Alegre, 2015

© Ingo Wolfgang Sarlet, 2015

Edição finalizada em agosto/2014

Capa, projeto gráfico e diagramação de  
Livraria do Advogado / Valmor Bortoloti

Pintura da capa de  
Eliana M. Moreschi  
Óleo sobre tela 20x30cm, 1986.

Revisão  
Rosane Marques Borba

Direitos desta edição reservados por  
**Livraria do Advogado Editora Ltda.**  
Rua Riachuelo, 1300  
90010-273 Porto Alegre RS  
Fone/fax: 0800-51-7522  
editora@livrariadoadvogado.com.br  
www.doadvogado.com.br

# Sumário

Notas introdutórias.....	21
<b>1ª PARTE</b>	
<b>O Sistema dos Direitos Fundamentais na Constituição: delineamentos de uma teoria geral constitucionalmente adequada.....</b>	<b>25</b>
1. A problemática da delimitação conceitual e da definição na seara terminológica: a busca de um consenso.....	27
2. Perspectiva histórica: dos direitos naturais do homem aos direitos fundamentais constitucionais e a problemática das assim denominadas dimensões dos direitos fundamentais.....	36
2.1. Considerações preliminares.....	36
2.2. Antecedentes: dos primórdios à concepção jusnaturalista dos direitos naturais e inalienáveis do homem.....	37
2.3. O processo de reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo: dos direitos estamentais aos direitos fundamentais constitucionais do século XVIII.....	41
2.4. As diversas dimensões dos direitos fundamentais e sua importância nas etapas de sua positivação nas esferas constitucional e internacional.....	45
3. Direitos fundamentais e Constituição: a posição e o significado dos direitos fundamentais na Constituição de um Estado Democrático e Social de Direito.....	59
4. A concepção dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	64
4.1. O catálogo dos direitos fundamentais na “Constituição-Cidadã” de 1988.....	64
4.2. A nota da “fundamentalidade” formal e material dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	75
4.3. O conceito materialmente aberto de direitos fundamentais no direito constitucional positivo brasileiro.....	79
5. A perspectiva subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais, sua multifuncionalidade e classificação na Constituição de 1988.....	147
5.1. Significado e alcance das perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais.....	147
5.2. A multifuncionalidade dos direitos fundamentais e o problema de sua classificação na Constituição.....	161
6. Os direitos fundamentais e seus titulares.....	215
6.1. Notas introdutórias: a distinção entre titulares e destinatários dos direitos e garantias fundamentais – aspectos conceituais e terminológicos.....	215
6.2. O princípio da universalidade e a titularidade dos direitos fundamentais.....	216
6.3. A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: generalidades.....	217
6.4. Direitos dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	219

6.5. O problema da titularidade (individual e/ou coletiva?) dos direitos sociais.....	221
6.6. Casos especiais: direitos do embrião e o problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida .....	226
6.7. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais.....	230
6.8. Direitos dos animais e de outros seres vivos? O problema da titularidade de direitos fundamentais para além da pessoa humana.....	232
7. Dos deveres fundamentais.....	234
7.1. Notas introdutórias.....	234
7.2. Tipologia dos deveres fundamentais.....	236
7.3. O regime jurídico-constitucional dos deveres fundamentais.....	237
<b>2ª PARTE</b>	
<b>O problema da eficácia dos direitos fundamentais.....</b>	<b>241</b>
1. Introdução: colocação do problema e distinções nas searas conceitual e terminológica.....	243
2. A problemática da eficácia das normas constitucionais em geral no âmbito do direito constitucional brasileiro: principais concepções e tomada de posição pessoal.....	250
2.1. As concepções clássicas.....	250
2.2. A crítica da concepção clássica de inspiração norte-americana e sua reformulação: resenha das principais concepções na literatura jurídica nacional.....	252
2.3. Síntese conclusiva e posição pessoal.....	258
3. A eficácia dos direitos fundamentais.....	265
3.1. Considerações introdutórias.....	265
3.2. A aplicabilidade imediata (direta) e plena eficácia das normas definidoras de direitos fundamentais: significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988.....	269
3.3. A eficácia dos direitos fundamentais propriamente dita: significado da aplicabilidade imediata para cada categoria dos direitos fundamentais.....	282
3.4. A eficácia dos direitos sociais na sua dimensão prestacional como problema específico... ..	288
3.5. A vinculação do poder público e dos particulares aos direitos fundamentais.....	382
4. A proteção dos direitos fundamentais em face de suas restrições: âmbito de proteção, limites e limites aos limites dos direitos fundamentais, com destaque para a proteção em face da atuação do poder de reforma constitucional e da assim designada proibição de retrocesso.....	402
4.1. Considerações introdutórias.....	402
4.2. Âmbito de proteção, limites e limites aos limites dos direitos fundamentais.....	403
4.3. Direitos fundamentais e reforma da Constituição: a eficácia “protetiva” dos direitos fundamentais contra a sua supressão e erosão pelo Poder Constituinte Reformador.....	423
4.4. Direitos fundamentais e proibição de retrocesso .....	451
Conclusão.....	477
Referências bibliográficas.....	479